

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AGREG SEMENTES S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em Reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Agreg Sementes S.A.** (“Companhia”), inscrita no CNPJ sob o nº **41.989.080/0001-37**, com sede na Avenida Tiradentes, nº 1841, Sala 809 do Edifício Prime Centro Empresarial, Centro, em Rondonópolis-MT, é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia resultou da transformação societária formalizada em 15 de julho de 2025 e registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (JUCEMAT) em 12 de agosto de 2025, mantendo a continuidade de suas operações e personalidade jurídica.

A Companhia atua no setor do agronegócio, com foco na multiplicação e comércio atacadista de sementes de soja e milho, além de oferecer um portfólio de insumos biológicos, adjuvantes, inoculantes e soluções avançadas para nutrição foliar. Suas atividades abrangem ainda o comércio de matérias-primas agrícolas, prestação de serviços de agronomia e representação comercial.

A estrutura operacional da Companhia é composta por sua sede administrativa e uma rede de 08 (oito) filiais estrategicamente localizadas nos estados de Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Bahia, Tocantins e Goiás, assegurando sua capilaridade nas principais regiões produtoras e o atendimento direto ao produtor rural.

1.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Reforma Tributária sobre o consumo, que introduz o IVA Dual (CBS federal e IBS subnacional). A Lei Complementar 214/2025 iniciou a regulamentação do IBS, CBS e do Imposto Seletivo (IS). Está previsto um período de transição entre 2026 e 2032 para a substituição definitiva do atual modelo (PIS, COFINS, ICMS e ISS).

Considerando que a plena efetivação do novo sistema depende de regulamentações adicionais e que o cronograma de transição terá início apenas em exercícios futuros, a Administração concluiu que a Reforma Tributária não apresentou impactos mensuráveis na avaliação de ativos e passivos ou no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025, que compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado (DRE), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), foram elaboradas para apresentar de forma fidedigna a posição patrimonial, financeira e o desempenho da Companhia.

A elaboração destas demonstrações seguiu estritamente as diretrizes da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (**CVM**), quando aplicáveis; a **NBC TG 1001 – Contabilidade para Médias Empresas** e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (**CPCs**). A adoção destes normativos assegura a observância aos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação exigidos para entidades tributadas pelo **Lucro Real**, priorizando a essência econômica sobre a forma jurídica. As demonstrações refletem o primeiro exercício social da Agreg Sementes S.A. após sua transformação societária, garantindo a transparência e a plena comparabilidade das informações financeiras.

3. REGIME DE CONTABILIZAÇÃO

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, em estrita observância aos preceitos da **NBC TG 1001** e do **CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual**. Este princípio estabelece que as receitas e despesas são reconhecidas nos períodos em que efetivamente ocorrem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas são apropriadas ao resultado quando há a transferência do controle de bens ou serviços para o cliente, enquanto as despesas são reconhecidas quando incorridas. Em conformidade com as exigências do **Lucro Real**, a Companhia aplica o princípio da confrontação da despesa com a receita (*matching principle*), assegurando que todos os custos e encargos correlacionados a uma receita sejam reconhecidos simultaneamente, garantindo a fidedignidade do lucro líquido tributável e a transparência das demonstrações contábeis.

4. POLÍTICA CONTÁBIL E CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

As práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração destas demonstrações levaram em conta as características qualitativas fundamentais e de melhoria, conforme preconizado pela NBC TG 1001 e pela Estrutura Conceitual (CPC 00 R2). A aplicação destas políticas visa assegurar a fidedignidade da posição financeira e do desempenho da entidade, pautando-se nos seguintes pilares:

- Fundamentais: Relevância e Representação Fidedigna (Primazia da Essência sobre a Forma).
- De Melhoria: Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade.

Adicionalmente, foram observados os conceitos de Materialidade, Prudência e Integridade na mensuração dos ativos e passivos. Para situações não contempladas especificamente pela NBC TG 1001, a Companhia adotou subsidiariamente as normas completas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos Técnicos do CPC, assegurando o rigor técnico exigido pelo regime de Lucro Real e pelas normas da CVM.

5. CONTABILIDADE TERCEIRIZADA

Os administradores da empresa optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da empresa, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela

veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

6. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A definição da moeda funcional seguiu os critérios estabelecidos na NBC TG 1001 e no CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, refletindo o ambiente econômico principal em que a entidade opera.

Assim ativos, passivos e resultados apresentados nas demonstrações contábeis, mesmo quando contratados em moeda estrangeira, foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

7. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na Seção nº 21 da NBC TG 1001 e no CPC 25. As provisões quando constituídas, encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação, é mantida até o ganho definitivo quando não couberem mais recursos ou quando da sua prescrição.

8. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI DAS S.A E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

A Companhia declara que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis foram realizadas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às sociedades anônimas de capital fechado.

A administração da Companhia avaliou a adequação das demonstrações contábeis às normas contábeis vigentes no Brasil e concluiu que as mesmas representam de forma apropriada a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia.

9. DETERMINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi apurado com base no regime de competência, segundo o qual, receitas e despesas são reconhecidas nos períodos em que ocorrem, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às sociedades anônimas de capital fechado.

10. PRINCIPAIS CONTAS

a. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A **Companhia** considera como **caixa e equivalentes de caixa** o caixa físico, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses, que sejam prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e apresentem risco insignificante de variação de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentada a seguir:

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
Caixa e Bancos	107.736	3.198.820
Vexpenses	28.869	13.542
Aplicações Financeiras	122.668	374.126
Total	<u>259.273</u>	<u>3.586.488</u>

Aplicação Rende Fácil Banco do Brasil - PÓS FIXADO

Fundo de investimento baixo risco, Liquidez diária, líquidos de IR e IOF. Investimento onde os resgates e aplicações são automáticos. O BB Rende Fácil é um CDB (Certificado de Depósito Bancário), rende um percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e se enquadra no risco “Muito Baixo”. Além de contar com a solidez do Banco do Brasil, o BB Rende Fácil conta também com a segurança do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) de até R\$ 250 mil por CNPJ. Sobre os rendimentos haverá incidência de IR (Imposto de Renda) e IOF (Imposto Sobre Operações Financeiras) com tabela regressiva, também de forma automática. As aplicações e resgates automáticos ocorrem com qualquer valor de movimentação, ou seja, a partir de R\$ 0,01. A rentabilidade é crescente, de acordo com o tempo de permanência na aplicação podendo chegar a 100% do CDI. Ao passar para uma nova faixa de rentabilidade, esta é aplicada para todo o período. O BB Rende Fácil é um CDB (Certificado de Depósito Bancário), dessa forma, está sujeito à tributação de Imposto de Renda, decrescendo de 22,5 a 15%, com base na tabela progressiva e a depender de quanto tempo você deixa o dinheiro aplicado. Também incide IOF para resgates com menos de 30 dias da aplicação. Quanto maior o tempo, menor o imposto.

TEM:

Liquidez diária

Risco muito baixo

Tributação automática de IR e IOF (com tabela regressiva)

Cobertura do FGC até R\$ 250 mil

Aplicação Itaú S.A. – Pós Fixado

As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB DI), de emissão do Banco Itaú S.A., possuem prazo de vencimento de 5 anos e contam com a garantia do emissor, além da proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) limitada a R\$ 250 mil por CNPJ.

A modalidade adotada prevê a aplicação automática dos saldos disponíveis em conta-corrente, com rentabilidade escalonada e crescente de acordo com o prazo de permanência. Caso ocorra mudança de faixa de rentabilidade, a nova taxa retroage a todo o período aplicado.

Os resgates são processados automaticamente para cobertura de saldos devedores, acrescidos de R\$ 10,00, observando o limite do saldo investido. Os rendimentos estão sujeitos à incidência de Imposto de Renda (IR) e IOF conforme tabelas regressivas vigentes, sendo o IOF aplicável apenas para resgates ocorridos em períodos inferiores a 30 dias.

Aplicação Sicredi – Sicredinvest Automático – Pós-fixado

O Sicredinvest Automático refere-se a recursos mantidos em conta corrente vinculados a uma modalidade de investimento em renda fixa (Depósito a Prazo), com cláusula de aplicação e resgate automáticos.

É modalidade Depósito a Prazo, com rentabilidade pós-fixada atrelada a um percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Esta aplicação foi adotada pela Companhia para a otimização da gestão de seu fluxo de caixa operacional.

As principais características desta modalidade incluem:

Movimentação Automática: O sistema realiza aplicações automáticas sempre que houver saldo disponível em conta corrente e resgates automáticos para a cobertura de débitos ou necessidades de caixa, garantindo que os recursos da Companhia mantenham rentabilidade sem comprometer a disponibilidade imediata.

Liquidez Diária: Os recursos possuem liquidez imediata, permitindo o resgate do principal e dos rendimentos a qualquer momento para honrar compromissos operacionais.

Remuneração: A rentabilidade é pós-fixada, lastreada em percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Risco e Garantia: É classificado como um investimento de baixo risco, contando com a solidez da instituição financeira e a proteção do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), dentro dos limites regulamentares.

Imposto de Renda (IR): Segue a tabela regressiva de renda fixa (de 22,5% a 15%), incidindo apenas sobre os rendimentos no momento do resgate (conforme o prazo de permanência de cada cota aplicada).

IOF: Há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras apenas para resgates ocorridos em períodos inferiores a 30 dias após a aplicação.

VExpenses

A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores um cartão corporativo, destinado ao pagamento de despesas relacionadas às atividades operacionais. Todas as transações realizadas são registradas e monitoradas por meio da plataforma VExpenses, que permite o controle detalhado das despesas, incluindo classificação contábil automática, conciliação financeira e prestação de contas.

A utilização do cartão corporativo está sujeita a limites definidos por usuário, categoria de despesa e centro de custo, visando assegurar o cumprimento do orçamento e a conformidade com as políticas internas da Companhia.

Além disso, a plataforma possibilita a emissão de relatórios analíticos e gerenciais, proporcionando maior transparência e controle sobre os gastos corporativos, bem como a redução de riscos relacionados a despesas indevidas ou não autorizadas.

b. RECEBÍVEIS A CURTO PRAZO

Os recebíveis a curto prazo da Companhia, conforme evidenciado nas demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2025, totalizam R\$ 29.077.179,73. Estes valores representam os direitos da Companhia a serem realizados no curso normal das operações ou dentro de um período de até doze meses a contar da data-base, apresentando um crescimento em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2024, que era de R\$ 17.502.222,28.

Em conformidade com a NBC TG 1001 e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, os ativos são mensurados pelo valor justo da transação e ajustados ao seu valor provável de realização. Para fins de Lucro Real, a Companhia monitora permanentemente a recuperabilidade desses créditos, assegurando que o montante reflita a expectativa de fluxo de caixa futuro e a correta apuração do lucro tributável.

A seguir, detalhamos a composição e a movimentação dessas contas:

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
Cliente e Outros Créditos	6.435.207	7.169.900
Adiantamento de Funcionários	1.703	0
Adiantamentos de Fornecedores	8.802.609	2.643.969
Adiantamento p/simples Faturamento	170.790	0
Adiantamento de Comissões	300.000	300.000
Devolução de Vendas	0	-117.000
Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar	11.596.125	7.168.711
Outras Contas a Receber	1.770.746	336.643
Total	<u>29.077.180</u>	<u>17.502.222</u>

Clientes e Outros Créditos

Este subgrupo compreende os créditos gerados nas operações comerciais da Companhia, refletindo as vendas a prazo e outros direitos correlatos.

Duplicatas a Receber

Este item representa o montante dos créditos com clientes originados das operações de venda a prazo de sementes e insumos agrícolas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de duplicatas a receber totaliza **R\$ 6.435.207**, apresentando uma redução em relação aos **R\$ 7.169.900** registrados em 31 de dezembro de 2024.

A mensuração desses créditos observa os critérios da **NBC TG 1001** e do **CPC 48 – Instrumentos Financeiros**, sendo registrados pelo valor nominal dos títulos e avaliados pelo seu valor provável de realização. A Companhia monitora permanentemente o risco de inadimplência e a experiência histórica de recebimentos. Com base na análise individualizada da carteira e nas garantias obtidas, a Administração considera os saldos integralmente recuperáveis, não havendo necessidade de constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) na data-base.

Adiantamento a Funcionários

Os adiantamentos a funcionários totalizam **R\$ 1.703** em 31 de dezembro de 2025. Tais valores correspondem a antecipações de salários e férias concedidas aos colaboradores no curso normal das atividades operacionais.

Esses montantes são mensurados pelo custo histórico e encontram-se rigorosamente controlados pela Administração. A liquidação desses créditos ocorre mediante compensação direta na folha de pagamento ou através de prestação de contas, em estrita observância ao regime de competência estabelecido na **NBC TG 1001**.

Adiantamento a Fornecedores

Compreendem os pagamentos efetuados antecipadamente a fornecedores de sementes e insumos, visando assegurar o fornecimento e condições comerciais favoráveis para as safras futuras. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo totaliza **R\$ 8.802.609**, demonstrando a continuidade da estratégia de pré-pagamentos para a manutenção da cadeia de suprimentos da Companhia.

Esses valores são mensurados pelo custo histórico e são reclassificados para as contas de estoques ou despesas à medida que os bens são recebidos ou os serviços são efetivamente prestados, em conformidade com o regime de competência e as diretrizes da **NBC TG 1001**. A Administração monitora a regularidade desses créditos, não havendo indícios de perda de recuperabilidade sobre os montantes antecipados.

Adiantamento de Comissões

Refere-se aos pagamentos antecipados efetuados a representantes comerciais e terceiros, vinculados à performance e aos resultados futuros de vendas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo totaliza **R\$ 300.000**, permanecendo estável em relação ao exercício anterior. O reconhecimento desses valores como despesa no resultado é realizado de acordo com o regime de competência, à medida que os fatos geradores das comissões (vendas e entregas) são efetivados. A Administração avalia periodicamente a expectativa de realização dessas vendas para garantir que os ativos reflitam benefícios econômicos futuros.

Impostos e Contribuições a Recuperar/Compensar

Este grupo engloba os créditos tributários e contribuições que a Companhia possui direito de recuperar ou compensar com débitos futuros de impostos e contribuições. A gestão desses créditos é uma prática contínua da Companhia para otimizar o fluxo de caixa e a carga tributária.

Outras Contas a Receber

Este grupo engloba direitos a receber que não se classificam nas categorias anteriores, mas que são relevantes para o fluxo operacional e financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo totaliza **R\$ 1.770.746**, sendo composto majoritariamente por valores vinculados ao ciclo comercial e movimentações com partes relacionadas.

A Companhia adota políticas rígidas para a gestão de créditos com partes relacionadas, abrangendo prazos de vencimento e condições de reembolso. Essas operações são continuamente monitoradas pela Administração para assegurar a conformidade com as diretrizes de governança corporativa e a legislação vigente. Os saldos são avaliados pelo seu valor provável de realização, sendo considerados integralmente recuperáveis na data-base das demonstrações contábeis.

c. ESTOQUE

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e produção. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado”.

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
Mercadoria para Revenda	4.522.387	3.467.823
Remessa para Deposito de Terceiros	213.692	936.602
Total	<u>4.736.079</u>	<u>4.404.425</u>

d. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Os investimentos permanentes e relevantes são avaliados pelo custo de aquisição. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e têm seu valor líquido registrado no resultado como outras receitas. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os

benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores mensuráveis de forma confiável.

Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do período quando incorridos.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas de depreciação promulgadas pela legislação fiscal brasileira. A depreciação é reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2023, a vida útil dos bens do imobilizado, em anos, está apresentada a seguir:

	<u>Vida útil em anos</u>
Veículos	5
Imóveis	35
Máquinas e Equipamentos	10

A movimentação do custo, da depreciação acumulada e do valor contábil líquido é apresentada a seguir:

	<u>Informática</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Aeronaves</u>	<u>Total</u>
<u>Custo:</u>					
Em 31 de Dezembro de 2024	194.144	348.622	41.486	10.617.500	584.253
Adições	30.815	109.294	5.515	0	145.624
Baixas/Transferência	0	0	337	0	337
Em 31 de Dezembro de 2025	224.960	457.916	46.664	10.617.500	11.347.040
<u>Em 31 de Dezembro de 2023</u>					
	87.068	102.610	0	0	189.678
Adições	110.861	246.169	42.890	10.617.500	11.017.421
Baixas/Transferência	3.785	158	1.404	0	5.346
Em 31 de Dezembro de 2024	194.144	348.622	41.486	10.617.500	11.201.753
<u>Depreciação acumulada:</u>					
Em 31 de Dezembro de 2024	41.030	11.938	1.220	0	54.188
Adições	42.876	44.307	4.408	0	91.591
Baixas/Transferência	0	-	0	0	0
Em 31 de Dezembro de 2025	83.906	56.245	5.627	0	145.778
<u>Em 31 de Dezembro de 2023</u>					
	12.156	109	0	0	12.265
Adições	28.873	11.829	1.220	0	41.922
Baixas/Transferência	0	-	0	0	-
Em 31 de Dezembro de 2024	41.030	11.938	1.220	0	54.188
<u>Valor contábil Líquido</u>					
Em 31 de Dezembro de 2024	153.115	336.684	40.267	10.617.500	11.147.565
Em 31 de Dezembro de 2025	141.054	401.671	41.037	10.617.500	11.201.262

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Ativo Imobilizado da Companhia apresentou as movimentações detalhadas a seguir, abrangendo as rubricas de Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios e Aeronaves.

A evolução do imobilizado reflete a estratégia de atualização tecnológica, otimização de capital e reestruturação operacional.

A Administração realiza periodicamente o teste de recuperabilidade (*impairment*) e a revisão das vidas úteis, garantindo que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável e que a base imobilizada esteja aderente aos objetivos de longo prazo da Companhia.

e. OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

A composição das obrigações de curto prazo é como segue:

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
Financiamentos e Empréstimos – Banco Sicredi	803.942	999.482
Antecipação de Recebíveis	911.879	0
Total	<u>1.715.821</u>	<u>999.482</u>

Financiamentos e Empréstimos – Banco Sicredi

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de empréstimos e financiamentos junto ao **Banco Sicredi** totaliza **R\$ 803.942**, comparado a **R\$ 999.482** em 31 de dezembro de 2024. Esta redução reflete a amortização regular das parcelas de principal e juros ao longo do exercício.

As obrigações são mensuradas pelo custo amortizado, com os encargos apropriados mensalmente ao resultado pelo regime de competência, em conformidade com a **NBC TG 1001**. A gestão desses passivos foca na otimização dos custos financeiros e na manutenção de uma estrutura de capital sólida, garantindo a liquidez necessária para o suporte das operações e das estratégias de crescimento da Companhia.

Financiamentos e Empréstimos – Banco do Brasil

Em dezembro de 2025, a Companhia formalizou a cessão de direitos creditórios junto à Multiplike Securitizadora S.A., sob o Contrato nº 656186, visando o fortalecimento do fluxo de caixa e suporte ao capital de giro. A operação consistiu na antecipação de duplicatas com valor nominal de R\$ 1.001.925,87, gerando um valor líquido de R\$ 911.879,00 após o deságio.

Os encargos financeiros da operação são apropriados ao resultado pelo regime de competência até o vencimento dos títulos, previsto para abril de 2026. A Companhia mantém a responsabilidade pela liquidez e certeza dos créditos cedidos, com cláusula de recompra em caso de inadimplência, além de contar com devedores solidários para garantir o fiel cumprimento do contrato.

f. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2025 totaliza **R\$ 7.643.497**, apresentando uma redução significativa em comparação aos **R\$ 14.423.079** registrados no exercício anterior. Esta conta representa as obrigações da Companhia junto aos seus parceiros comerciais pela aquisição de sementes, insumos e prestação de serviços essenciais à operação.

As obrigações são mensuradas pelo valor nominal das faturas, sendo reavaliadas periodicamente para garantir que reflitam a realidade das transações comerciais. A Administração mantém o monitoramento constante dos prazos médios de pagamento para assegurar a manutenção das condições comerciais favoráveis e a solidez das relações com seus fornecedores.

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
Fornecedores	7.643.497	14.423.079
Total	<u>7.643.497</u>	<u>14.423.079</u>

g. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição do saldo de obrigações sociais e trabalhistas é como segue:

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
Salários e Ordenados a pagar	149.037	92.925
Retirada Pró-labore	2.702	2.513
Encargos Sociais e Contribuições a Pagar	106.927	78.922
Provisões trabalhistas	313.624	0
Total	<u>572.291</u>	<u>174.361</u>

h. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição do saldo de obrigações tributárias é como segue:

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
IRRF-PF	119.774	112.907
IRRF-PJ	3.614	375
ISS	113	-
PIS/COFINS/CSLL Retido	1.652	1.163
IRPJ	-	-
CSLL	-	-
DIFAL	-	4.802
Total	<u>125.152</u>	<u>119.247</u>

O saldo total de impostos e contribuições a pagar em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 125.152, apresentando uma evolução orgânica em comparação aos R\$ 119.247 registrados no encerramento de 2024. Esta variação reflete o volume de operações sujeitas à retenção na fonte e a regularidade no cumprimento das obrigações fiscais da Companhia.

Detalhamento das Obrigações:

IRRF (Pessoa Física e Jurídica): O Imposto de Renda Retido na Fonte é a rubrica mais expressiva, somando R\$ 119.774 sobre Pessoa Física e R\$ 3.614 sobre Pessoa Jurídica. Esses valores referem-se a retenções sobre a folha de pagamento, pró-labore e serviços profissionais contratados.

PIS, COFINS e CSLL Retidos: As contribuições retidas sobre pagamentos a terceiros totalizam R\$ 1.652, demonstrando um aumento em relação aos R\$ 1.163 do exercício anterior.

ISS e Outras Obrigações: Registrou-se saldo de R\$ 113, referente ao Imposto Sobre Serviços (ISS).

Tributos sobre o Lucro e Diferenciais: Não foram registrados saldos a pagar de DIFAL (que possuía saldo de R\$ 4.802 em 2024), tampouco de IRPJ e CSLL na data-base de 31 de dezembro de 2025, indicando a quitação tempestiva ou a compensação mediante a utilização de créditos tributários acumulados.

Considerações Gerais: As variações observadas estão alinhadas ao crescimento das operações e à manutenção da estrutura administrativa. A Administração assegura que a apuração e o recolhimento dos tributos ocorrem em estrita conformidade com a legislação vigente, respeitando os prazos legais e as normas de competência.

i. OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

A composição do saldo de outras obrigações a pagar é como segue:

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
Adiantamento de Cliente	975.172	10.307.688
Cientes com Saldo Credor	-	-
Royalties	9.776.717	3.895.216
Total	<u>10.751.889</u>	<u>14.202.904</u>

j. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

j.i. CAPITAL SOCIAL

A composição do saldo do patrimônio líquido como segue:

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
Capital Social	16.437.205	50.000
Reservas de Capital, Ajustes, Resultados	-11.801.715	6.479.057
Total	<u>4.635.489</u>	<u>6.529.057</u>

O Patrimônio Líquido da Companhia reflete o capital próprio investido e as movimentações decorrentes do desempenho operacional e decisões societárias. Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido totaliza **R\$ 4.635.489**, apresentando uma redução em relação aos **R\$ 6.529.057** registrados em 31 de dezembro de 2024.

As mutações ocorridas durante o exercício de 2025 são detalhadas a seguir:

Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado apresentou um aumento significativo, passando de **R\$ 50.000** em 2024 para **R\$ 16.437.205** em 31 de dezembro de 2025. Esta evolução decorre da capitalização de reservas e de novos aportes realizados pelos acionistas para o fortalecimento da estrutura financeira da Companhia.

Reservas de Capital, Ajustes e Resultados: Esta rubrica registrou um saldo negativo de **R\$ 11.801.715** em 31 de dezembro de 2025, comparado ao saldo positivo de **R\$ 6.479.057** no exercício anterior. Essa variação reflete a absorção de prejuízos apurados no período ou a destinação de reservas para a integralização do Capital Social.

A Administração mantém o monitoramento da estrutura de capital para assegurar a continuidade das operações e o suporte aos planos de expansão, garantindo que a base patrimonial esteja adequada aos riscos do negócio e aos objetivos estratégicos de longo prazo.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL(AFAC)	RESERVAS DE CAPITAL, AJUSTES, RESULTADOS			PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESERVA LEGAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Saldo em 31/12/2023	50.000,00	0,00	6.542.844,39	0,00	0,00	6.592.844,39
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	-22.974,06	0,00	0,00	-22.974,06
Saldos Ajustados	50.000,00	0,00	6.519.870,33	0,00	0,00	6.569.870,33
Prejuízo Líquido do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	-40.813,83	-40.813,83
(-) Distribuições de Lucros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0,00	0,00	-40.813,83	0,00	40.813,83	0,00
Saldo em 31/12/2024	50.000,00	0,00	6.479.056,50	0,00	0,00	6.529.056,50
Ajustes Credores de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos Iniciais Ajustados	50.000,00	0,00	6.479.056,50	0,00	0,00	6.529.056,50
Prejuízo Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	-18.280.771,72	-18.280.771,72
Adiantamento para Futuro aumento de capital	11.222.513,49	5.164.691,22	0,00	0,00	0,00	16.387.204,71
(-) Distribuições de Lucros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva Legal	0,00	0,00	-323.952,82	323.952,82	0,00	0,00
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0,00	0,00	-17.956.818,90	-323.952,82	18.280.771,72	0,00
Saldo em 31/12/2025	11.272.513,49	5.164.691,22	-11.801.715,22	0,00	0,00	4.635.489,49

O Patrimônio Líquido da Companhia reflete o capital próprio investido e as movimentações decorrentes do desempenho operacional e decisões societárias. Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido totaliza **R\$ 4.635.489,49**, em comparação a **R\$ 6.529.056,50** registrado em 31 de dezembro de 2024.

As mutações ocorridas durante o exercício de 2025 são detalhadas a seguir:

Capital Social

O Capital Realizado da Companhia apresentou um incremento significativo, passando de **R\$ 50.000,00** em 2024 para **R\$ 11.272.513,49** em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, registrou-se o montante de **R\$ 5.164.691,22** a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Essa evolução reflete o aporte de recursos pelos acionistas para o fortalecimento da estrutura financeira e suporte aos planos de expansão.

Reservas de Capital, Ajustes e Resultados Acumulados

Esta rubrica registrou um saldo negativo de **R\$ 11.801.715,22** em 31 de dezembro de 2025, em comparação ao saldo positivo de **R\$ 6.479.056,50** no exercício anterior. As principais movimentações foram:

Prejuízo Líquido do Exercício de 2025: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido no montante de **R\$ 18.280.771,72**.

Mutações Internas do Patrimônio Líquido: O prejuízo do período foi transferido para a rubrica de Lucros/Prejuízos Acumulados. Adicionalmente, houve a destinação de **R\$ 323.952,82** para constituição e posterior reversão de Reserva Legal dentro das movimentações internas do exercício.

Considerações Finais

A redução global do Patrimônio Líquido no exercício de 2025 decorre essencialmente do impacto do prejuízo operacional apurado no período, parcialmente mitigado pelos novos aportes de capital e adiantamentos realizados pelos acionistas. A Administração monitora continuamente a estrutura de capital para assegurar a solvência e a continuidade das operações da Companhia.

Apuração de resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Reconhecimento da Receita Operacional

A receita é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receitas e Despesas Financeiras

Receita financeira: Envolve receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos de títulos em atraso e descontos recebidos/obtidos. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao

tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o resgate.

Despesas financeiras: Compreendem despesas com juros sobre empréstimos, tarifas bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Distribuição de Lucros

A distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) são reconhecidos como passivo nas demonstrações contábeis da Companhia somente na data em que são formalmente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo órgão de governança competente, observando-se as disposições do Estatuto Social e da Lei nº 6.404/1976.

Até que ocorra a referida aprovação, tais montantes permanecem registrados no Patrimônio Líquido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em decorrência do resultado negativo apurado no período, não houve a proposição ou o provisionamento de dividendos ou JCP.

Impostos de Renda e Contribuição

As despesas de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do período compreendem os tributos correntes e diferidos. O cálculo é realizado com base no **Lucro Real**, em conformidade com a legislação tributária vigente, mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

- **IRPJ**: 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20.000,00 por mês (R\$ 60.000,00 por trimestre ou R\$ 240.000,00 por ano).
- **CSLL**: 9% sobre o lucro tributável, após os ajustes previstos na legislação (adições e exclusões).

Os tributos correntes são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando houver antecipações a recuperar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em virtude do prejuízo fiscal apurado, não houve a constituição de provisão para impostos correntes. A Companhia avalia a constituição de ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro para sua compensação.

11. IMOBILIZADO (CPC 27)

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição e depreciados pelo método linear. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada de cada ativo, revisada periodicamente para que o valor contábil reflita a real essência econômica e a capacidade de geração de benefícios, prevalecendo sobre os parâmetros exclusivamente fiscais.

12. FINANCIAMENTOS/EMPRÉSTIMOS

Os financiamentos de bens e empréstimos bancários são mensurados pelo valor principal acrescidos dos juros e taxas incidentes na negociação e reconhecidos conforme pagamentos efetuados por competência.

14. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS (CPC 47)

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

15. RECONHECIMENTO DAS DESPESAS/CUSTOS

Os custos e despesas são registrados no resultado quando incorridos, obedecendo ao regime de competência.

16. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia reconhece provisões para passivos de prazos ou valores incertos quando existe uma obrigação presente decorrente de eventos passados, cuja saída de recursos seja considerada provável e o montante possa ser estimado com fidedignidade. Processos judiciais com risco de perda classificados como possível são apenas divulgados em notas explicativas, sem reconhecimento no balanço patrimonial, enquanto riscos de perda remota não são provisionados nem divulgados. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração declara que, na data de encerramento do exercício, não existem processos judiciais ou ativos e passivos contingentes que exijam provisionamento ou divulgação adicional além dos saldos já demonstrados.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Técnico em Contabilidade:

Márcio Duarte Bento

CRCMG-075507/O-8

CPF: 042.329.986-75

Administrador:

Sérgio Batista Silva de Souza

CPF: 017.755.001.52